

# Credibilidade mantida

Dinda  
Ex

A prorrogação obtida pelo Governo com um prazo de 140 dias, a esgotar-se em janeiro próximo, das linhas de crédito interbancárias e comerciais, totalizando US\$ 16 bilhões, bem como das medidas de ajustamento para a rolagem da dívida global — amortização e principal —, vai permitir uma tomada de fôlego, tanto da parte brasileira quanto do lado internacional. Até 17 de janeiro a Nova República deve consolidar as linhas de base do modelo econômico que está estruturando. Nesse mesmo período a comunidade financeira mundial e o FMI vão-se ocupar dos testemunhos de que o Brasil é devedor confiável e que pretende honrar seus compromissos de forma soberana, sem subalternidades e dentro de condições negociadas, sem imposições.

Um passar de olhos pelo mundo ocidental revela um grau de endividamento dos países em estágio de expansão encostando nos US\$ 1 trilhão, com tendências declinantes na tomada de novos empréstimos. Por outro lado as 24 nações que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — em sua maioria europeias — já ultrapassaram a respeitável cifra de US\$ 2,7 trilhões, num comprometimento ao redor de 30% do produto bruto desses mesmos países. O “deve” e o “haver” entre todas as nações está sendo mantido por custos financeiros anuais de aproximadamente US\$ 450 bilhões, desde que somados os créditos comerciais e interbancários, os juros e amortizações do principal e os **primes** de novas operações.

A fonte geradora de recursos para esse dilúvio de recursos está no desempenho do comércio mundial dos países devedores e de cu-

jos saldos, em termos de trocas, deverão ser retirados os parciais para formar poupança, para melhorar as pautas de importações de máquinas e equipamentos essenciais e finalmente para comparecer aos guichês bancários.

Nesse particular os resultados não têm se apresentado de forma confortável para a comunidade devedora, com circunstâncias preocupantes para os credores. Vale assinalar que qualquer ajuste entre quem deve e quem quer receber não se faz em bases fraternas. O esforço permanente é no sentido de cobrança e pagamento mais ou menos críticos em relação às formas de viabilização do gerenciamento da dívida. De um lado o prestador e do outro o tomador, e nas relações entre ambos juros e garantias. A boa vontade nunca vem só. Antes dela há que haver um lastro de confiança sobre o qual se desenvolve estratégia inteligente numa ocupação dos segmentos que viabilizam a cobertura dos ativos e passivos financeiros.

Todos esses estágios devem ser trabalhados por gente competente e a partir de dados reais, todos eles perfeitamente confrontáveis em listagens de múltiplas entradas para uma só saída verdadeira. Não foi sem outra razão que a VII Carta de Intenção, subscrita em fins do governo passado, não foi considerada para efeitos conclusivos, o que fatalmente fecharia as negociações entre o Brasil e o FMI. A Comunidade Credora sabia das coisas e dos homens que entre nós se dividiam em dois grupos distintos: os que estavam prometendo e os que iriam responder por tais propostas. Colocada em postas restantes a VII Carta ficou supe-

rada pelos novos compromissos assumidos e cujos resgates no tempo devido poderão ser reclamados para as honras respectivas.

O empenho das autoridades financeiras deste país, as reciclagens internas reclamadas pelo FMI e a postura de soberania responsável adotada pelo presidente José Sarney, aliados às opções econômicas e financeiras para resguardo de uma política de austeridade consciente e de proibida universalizada, produziram efeitos salutares e reversões perfeitamente quantificáveis na recuperação da economia nacional. Mais não seria exigido para admitir ampliação nos espaços para negociar. E nesse sentido o telex expedido pelo Diretor-Gerente do FMI ao comitê de bancos credores, avaliando o pedido brasileiro de renovação da dívida é antológico em seu pragmatismo. Depois de um breve histórico quanto aos entendimentos dos últimos dois anos, o Sr. Larosiere assegurou: “No início de julho as autoridades adotaram medidas destinadas a fortalecer sua posição fiscal com vistas a aliviar o fardo sobre a política monetária e diminuir os riscos derivados de um crescimento rápido da dívida do setor público”. E a seguir garante a formação de um dinâmico processo de troca de informações para avaliação dos ajustamentos econômicos, numa permanente cobertura para fins de acompanhamento dessas medidas” que estão na direção certa”. Afinal são setecentos os estabelecimentos de crédito que estão sendo convidados a acreditar no Brasil e a confiar no desempenho de sua economia e na capacidade do seu povo.